

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAVID CORDEIRO GONÇALVES



**DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÕES DE ENSINO ESTADUAL: O CASO
DA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO ALEXANDRA PEICHÓ.**

**CURITIBA
2016**

DAVID CORDEIRO GONÇALVES

**DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÕES DE ENSINO ESTADUAL: O CASO DA
ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO ALEXANDRA PEICHÓ.**

Projeto Técnico apresentado à Universidade Federal do
Paraná para a obtenção do título de Especialização em
Gestão Pública.

Orientador: Professor Acyr Seleme

**CURITIBA
2016**

DEDICATÓRIA

Gostaria de dedicar esse trabalho primeiramente a Deus por me proporcionar a possibilidade de executar esse curso de pós - graduação. A minha família e familiares, pais, irmãos e principalmente minha esposa e filhos pelas muitas vezes que não pude dar a atenção merecida, pelas noites de sono que deixaram de ter com tranquilidade para poder me ajudar no que necessitava e pelas muitas vezes que pensei em desistir e sempre tiveram uma palavra de incentivo e encorajamento de que eu iria conseguir.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 Planos de Ações.....	01
Quadro 02 Planos de Implantação.....	15

AGRADECIMENTOS

A

***Prof. Acyr Seleme da UFPR
pelas orientações e por
aceitar defender o meu trabalho.***

***Prof.^a Márcia Ramos May e
Prof.^a Queila Regina Souza Matitz
por me darem a possibilidade em dar
continuidade ao projeto.***

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	01
1.1 – Apresentação.....	01
1.2 – Objetivo Geral do Trabalho.....	01
1.3 – Objetivos específicos do trabalho.....	02
1.4 - Justificativas do objetivo.....	02
2 – Revisão Bibliográfica.....	03
2.1 – Conceitos.....	03
2.1.1 – Organizações Públicas.....	03
2.1.2 - Necessidades coletivas, educação.....	04
2.1.3 – Escolas Públicas Estaduais.....	07
2.1.4 – Avaliação das Escolas Públicas do Estado.....	08
2.1.5 - O que é o Ideb e o que ele afeta às Escolas Públicas.....	09
3. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	11
3.1 - Descrição geral da organização.....	11
3.2 – Diagnostico da situação – Problema.....	13
4. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	15
4.1 – Proposta Técnica.....	15
4.1.1 – Plano de Implantação.....	16
4.1.2 – Recursos.....	18
4.1.3 – Resultados Esperados.....	18
4.1.4 – Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas.....	19
5 – Conclusão.....	20
Referencias Bibliográficas.....	21
Anexos.....	23

1 – Introdução:

1.1 – Apresentação:

O Assunto desenvolvido nesse trabalho será sobre mudança organizacional, que realizarse-à na instituição de ensino ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO ALEXANDRA PEICHÓ, que encontra - se localizada no endereço Rua Augustinho Tiburski s/nº - Lageado, Campo do Tenente, Paraná.

A organização foi escolhida como objeto desse projeto devido ao meu relacionamento com atores da escola e por ter executado outras atividades passadas relativas à própria especialização e por observar a possibilidade de aplicação do projeto e a real necessidade da escola e da comunidade local e tem como objetivo melhorar a imagem da escola diante da comunidade local e aumentar a demanda dos alunos da região que acabam sendo matriculados em outras escolas.

Através de entrevistas com informantes chaves relacionadas com a escola como, direção, professores, servidores públicos, alunos, pais, algumas pessoas da comunidade e observando de forma participativa do dia a dia da escola, propus esse projeto, para de alguma forma tentar mudar o quadro atual dos resultados obtidos pela escola, pois em pesquisas secundarias onde se procurou entender os índices da escola onde são utilizados para o cálculo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), do Ministério da Educação. (INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

1.2 – Objetivo Geral do Trabalho:

Melhorar a imagem da escola aperfeiçoando o resultado do IDEB (O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2017 e assim aumentar a procura dos alunos pela escola dentro da sua própria comunidade proporcionando a eles melhores condições de estudo e aprimorar a qualidade de vida de todos os moradores da região.

1.3 – Objetivos específicos do trabalho:

Quadro 1 – Planos de Ações:

Meta 1 - Aumentar a nota media dos alunos.

Plano de Ação:

O que	Como	Quem	Quando
Aumentar a media dos alunos.	Projetos de leitura e laboratório de matemática.	Parceria entre Estado e município.	2016

Meta 2 - Aumentar a nota do IDEB da escola.

Plano de Ação:

O que	Como	Quem	Quando
Aumentar a nota do IDEB da escola.	Melhorando o conhecimento em disciplinas básicas como português e matemática, com bibliotecas com arranjos de qualidade e laboratório de matemática.	Através de parcerias entre estado, município e professores.	2017

Meta 3 - Melhorar a imagem da escola.

Plano de Ação:

O que	Como	Quem	Quando
Melhorar a imagem da escola.	Melhorando o resultado do IDEB.	Direção e professores.	2018

1.4 - Justificativas do objetivo:

Melhorar a perspectiva de vida dos alunos e o rendimento escolar.

Desenvolver projetos de leitura e laboratório de matemática através de uma parceria entre Estado e município com atividades semanais para os alunos de quinto a nono ano;

Melhorar o conhecimento em disciplinas básicas como português e matemática, com bibliotecas com arranjos de qualidade e laboratório de matemática e com simulados bimestrais para que os alunos, professores e direção possam acompanhar os resultados.

Melhorando o resultado do IDEB com ações coordenadas pela direção e corpo docente e com os bons resultados de dois em dois anos transmitir as informações para a comunidade.

Demonstrar que através de ações simples podemos promover a mudança de desenvolvimento e de resultados de uma organização pública e melhorar a qualidade de vida dos alunos.

2 – Revisão Bibliográfica

2.1 – Conceitos:

2.1.1 – Organizações Públicas:

Dias (1998) afirma que as organizações públicas têm como objetivo prestar serviços para a sociedade. Elas podem ser consideradas como sistemas dinâmicos, extremamente complexos, interdependentes e inter-relacionados coerentemente, envolvendo informações e seus fluxos, estruturas organizacionais, pessoas e tecnologias. Elas cumprem suas funções, buscando uma maior eficiência da máquina pública e um melhor atendimento para a sociedade. (Rev. Adm. Pública vol.40 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2006).

CONCEITO E PAPEL DA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

O setor público na sociedade atual tem sofrido alterações pelo ambiente no qual pratica suas operações, transformando-se em um sistema de relações de troca frequentes no qual também se assistem às mudanças rápidas nas relações entre funcionários públicos e seus usuários. O ambiente externo das organizações do

setor público agora pode ser considerado como altamente tumultuado o que o transforma num conjunto de condições cada vez mais dinâmicas e complexas. A organização pública vem sendo reformulada ao longo dos anos em sintonia com as profundas mudanças do mercado, bem como com as novas exigências da sociedade. Isto se dá porque a organização pública, como toda organização, é um sistema social aberto que está em permanente interação com o meio ambiente, influenciando-o e sendo por ele influenciada (CARVALHO, 1995, p. 163).

Como define Madureira (2005, p. 25): "podemos, assim, definir a organização pública como um sistema complexo de estruturas e redes que interatuam para resolverem problemas públicos." Esta participa de um conjunto de organismos que formam a administração municipal regidos pelo Direito Público, como também da Administração Indireta como as agências e as empresas públicas, as quais são regidas pelo Direito Privado.

Contudo, não faz esta diferenciação ao falar em organização pública, pois tem-se como meta estudar o processo do atendimento de qualidade que melhor beneficie as organizações pública, dando-lhes condições ideais para o cumprimento de seu papel social.

Segundo Corrêa (1993), o papel social da organização pública é a prestação de serviços com qualidade, responsabilidade pelo atendimento ao público e a economia de seus recursos sem esquecer é claro de seus princípios fundamentais como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (<http://www.webartigos.com/artigos/a-qualidade-do-atendimento-na-administracao-publica-municipal/38882> acessado em 01/04/16).

2.1.2 - Necessidades coletivas, educação:

A educação é um atributo da pessoa humana, seja no seu processo de reconstrução da experiência, seja na sua ação dialógica, e deve ser comum a todos. A Constituição Federal de 1988 elenca a educação como direito social fundamental em seu artigo 6 e declara em seus artigos 205 a 214 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Necessita-se avaliar esta afirmação, como sendo, a educação elevada à categoria de um serviço essencial, público, que o Estado deva

possibilitar a todos, e ter preferência pelo ensino público, de qualidade, em detrimento ao ensino privado. A escola pública não deve ser um instrumento de benevolência de uma classe “superior”, muito menos uma generosidade. A educação é um direito, não importando o seu nível de ensino, e é prestadora de serviços sociais, voltada a todos, principalmente aos menos favorecidos, servis, degradados, submetidos às diversas dificuldades de uma sociedade capitalista. Neste cenário, não podemos esperar do ensino particular o papel do ensino como direito fundamental, como tão bem nos diz o educador Anísio TEIXEIRA: Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente podiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a ‘protegidos’) e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las. Acreditar que só em um sistema educacional democrático, em uma educação formal, através da escola pública, é que se poderá concretizar o direito ao ensino, não só é possível, como pode ser embasado pela Constituição.

Encontram-se nos artigos 205 e 206 da constituição, os objetivos que devem nortear a política educacional: o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; sendo os seus princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, a gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais, a valorização dos profissionais do ensino garantido na forma da lei, os planos de carreira para o magistério público, com piso salarial e profissional, com ingresso exclusivamente por concurso público, a gestão democrática e a garantia de padrão de qualidade. (OLIVEIRA JUNIOR, Washington Luiz de. Caxias do Sul – RS. 2010).

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

a) pré-escola; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

b) ensino fundamental; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

c) ensino médio; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: [\(Regulamento\)](#)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; [\(Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015\)](#)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. [\(Vide Lei nº 10.870, de 2004\)](#)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

2.1.3 – Escolas Públicas Estaduais.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009\)](#)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. ([Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003](#))

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Do Ensino Fundamental

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm) acessado em 27/03/2016.

2.1.4 – Avaliação das Escolas Públicas do Estado.

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos de ensino, turmas, alunos, profissionais escolares em sala de aula, movimento e rendimento escolar.

Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como alimentação e transporte escolar, distribuição de livros, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Além disso, os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono, transferência, falecimento) escolar dos alunos do ensino fundamental e médio, juntamente com outras avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), do Ministério da Educação. (INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

2.1.5 - O que é o Ideb e o que ele afeta às Escolas Públicas.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no [Censo Escolar](#) (O Censo Escolar é um levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país), e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o [Saeb](#) – para as unidades da federação e para o país, e a [Prova Brasil](#) – para os municípios.

O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação).¹ Estudos e análises sobre qualidade educacional raramente combinam as informações produzidas por esses dois tipos de indicadores, ainda que a complementaridade entre elas seja evidente. Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a

escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. Sabe-se que, no Brasil, a questão do acesso à escola não é mais um problema, já que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional. Entretanto, as taxas de repetência dos estudantes são bastante elevadas, assim como a proporção de adolescentes que abandonam a escola antes mesmo de concluir a educação básica. Outro indicador preocupante é a baixa proficiência obtida pelos alunos em exames padronizados. O Ideb foi desenvolvido para ser um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). Como o Ideb é resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) então ele pode ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola A cuja média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, a rede/ escola terá o Ideb igual a 5,0 multiplicado por 2, ou seja, $Ideb = 2,5$. Já uma escola B com média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá $Ideb = 5,0$.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no [Saeb ou Prova Brasil](#), o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb vai de zero a dez.

O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica. O Plano de Desenvolvimento da

Educação estabelece, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. (INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

3. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

3.1 - Descrição geral da organização

ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO ALEXANDRA PEICHÓ localizada na Rua Augustinho Tiburski s/nº - Lageado, Cidade de Campo do Tenente Estado do Paraná.

Atua no sistema de Ensino Fundamental (sexto ao nono ano), com área cedida (dualidade administrativa), período matutino escola municipal, período vespertino escola estadual, com dados de 2014 possui cento e dezenove alunos aonde cento e seis foram aprovados, nove foram reprovados e três desistiram.

Media de idade dos alunos: de quatorze anos; Idade do aluno mais velho: dezessete anos; Idade do aluno mais novo: onze anos; Nº de Professores: doze;

Grau de escolaridade dos Professores:

Doze possuem graduação; onze têm pós – graduação;

Têm quatorze Servidores Públicos ou contratados com tais graus de escolaridade:

Cinco têm ensino fundamental; cinco têm ensino médio; dois têm ensino superior; dois têm especialização.

Estrutura Física com cinco salas de aula onde funcionam quatro turmas; não possui Ginásio de esportes nem área de lazer.

Forma de Aquisição de recursos financeiros:

Estadual, Municipal e Federal

Material didático utilizado:

Livros, revistas, jornais, vídeos, etc.

Possui biblioteca própria, possui laboratório de informática.

Equipamentos utilizados: computador, impressora, rádio, TV e equipamentos que gostariam de implantar: Data Show.

Manutenção das instalações é feita pela escola e pela Prefeitura.

Aos resultados do ensino, nota de avaliação pelo MEC:

IDEB 2013 – 4,5

Relacionamento com os professores:

Muito bom, pelo relacionamento cooperativo que existe entre administração e corpo docente.

Relacionamento com os servidores:

Equipe pro ativa que busca sempre as soluções dos problemas sem necessidade de ordens da direção.

Relacionamento com os alunos:

Busca de relações de hierarquia e disciplina, em que se procura colocar ordem nas atividades da escola, com métodos de organização como horários rígidos, padrões de vestimentas, limpeza e manutenção das instalações.

Relacionamento com os pais dos alunos e comunidade:

Muito bom, já que sempre que solicitado a presença e colaboração dos pais esses se colocam a disposição da escola, tanto para verificar o rendimento de seus filhos quanto para colaborar nas atividades realizadas pela escola (bingos, rifas, festas e etc.).

Relacionamento com o município:

Existe uma parceria muito grande, ate porque devida a dualidade administrativa sempre que solicitado a gestão municipal colabora.

Relacionamento com o Governo:

Falta muitas vezes uma posição ativa quantos as necessidades reais da escola e existe uma demora muito grande em resposta as solicitações enviadas, quanto a infra estrutura e aquisição de bens e materiais de apoio.

Observações que achar necessário:

Existe um projeto da construção de uma nova escola sem a dualidade administrativa tramitando na secretaria da educação, já em posse do terreno, aguardando parecer favorável do Estado, tal projeto visa melhoria da qualidade de ensino dos educandos passando do ensino regular de quatro horas para educação integral de sete horas, onde os alunos alem das matérias básicas terão atividades complementares em seu currículo, como, dança, karate, matemática, informática, teatro e literatura infanto - juvenil.

3.2 – Diagnostico da situação - Problema.

Através de questionário respondido pela diretora da Escola, corpo docente e servidores, pode – se concluir que a escola precisa melhorar a sua imagem diante da comunidade local, pois a maioria dos adolescentes da região que estariam na idade de freqüentar essa escola se desloca até as escolas mais no centro da cidade, por não darem tanta credibilidade à mesma, até por causa da nota do IDEB ser abaixo de 5,0.

A escola atua até o presente momento em dualidade administrativa (divide o espaço com uma escola municipal, espaço esse que é do município).

Um dos motivos da divisão é justamente pela baixa procura dos alunos que por estudarem em escolas localizadas em outras comunidades acabam dando a essa escola uma demanda que até o presente momento atende aos que procuram por ela, porém sem opção de horário, pois a escola trabalha no período vespertino atendendo aos alunos da rede Estadual de quinto a nono ano e no período matutino aos alunos da rede municipal do jardim aos quarto ano.

Outra questão está relacionada ao deslocamento desses alunos que estudam em outras localidades, pois os mesmo usam de transporte Escolar fornecido pelo município, mais para isso precisam sair de suas casas bem cedo e retornar bem tarde.

Devido à questão da dualidade administrativa também não há a opção para os alunos da rede municipal de estudarem no período vespertino, também gerando problemas para os moradores daquela localidade que se quiser que seus filhos estudem no período da tarde têm também que utilizar do transporte e enviá-los para escolas de outras localidades.

Tal situação pode atrapalhar também no rendimento escolar do aluno, pois sem ter uma estrutura que de todo o amparo necessário dentro da sua localidade, se for preciso fazer trabalhos, provas, pesquisas fora do período de aula também não poderão usar na sua localidade, terá que se deslocar.

A prática do desenvolvimento em sociedade também é prejudicada, pois como não possui espaço próprio para práticas esportistas nem de lazer tornando assim mais difícil o relacionamento dos alunos com outras pessoas.

A falta de se ter uma escola para cada situação, seja municipal para atender as crianças de jardim ao quarto ano e a rede Estadual do quinto ao nono ano faz com que as pessoas tenham que sair de suas localidades para se deslocarem para outras regiões o que também atrapalha o desenvolvimento da referida localidade, pois sem poderem ter as opções de escolas para os filhos, muitas pessoas acabam deixando de residir ali, pois precisam buscar locais que atendam seus filhos tanto no

período matutino como no período vespertino, para que possam desempenhar suas atividades profissionais.

Como a procura da Escola por parte dos alunos é considerada baixa, faz com que a Administração Pública não tome uma atitude quanto ao término da dualidade administrativa, aonde cada Escola deveria ter seu espaço, tanto no período da manhã quanto no período da tarde, dando aos alunos a opção de escolher e proporcionando aos pais maior segurança e conforto por terem seus filhos mais próximos, sem a necessidade de se deslocarem com ônibus e terem que sair bem cedo e voltarem tarde.

4. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

4.1 – Proposta Técnica:

Para que haja uma maior procura por parte dos alunos da região pela escola se pretende aumentar a nota média dos alunos com ações simples e coordenadas pela direção e corpo docente, desenvolvendo atividades nas matérias básicas como matemática e português, propondo que nessas matérias se tenha uma atenção e um empenho maior por parte dos professores se comprometendo em melhorar o aprendizado e as notas nessas matérias, propondo que em outras matérias também se desenvolva trabalhos que se co-relacionem com as matérias básicas.

Tal atividade será desenvolvendo trabalhos de literatura, aonde será estimulado a prática da leitura e para que se melhore o raciocínio e a interpretação dos textos de português e dos problemas matemáticos, também através de aulas complementares em que serão trabalhados temas básicos da matemática, como tabuada, execução das quatro operações e olimpíadas de matemática e português.

Aumentando o interesse dos alunos nas matérias básicas, se pretende aumentar também em outras matérias e também as notas dos alunos nos respectivos bimestres e notas finais.

Tais resultados serão examinados por testes de simulação preparando os alunos para a avaliação do IDEB (O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), para obterem um bom resultado na avaliação.

Obtendo um bom resultado na avaliação do IDEB (O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), tais resultados serão divulgados utilizando – se de recursos midiáticos como jornais locais, banners, redes sociais, radio e outros para melhorar a imagem da escola perante a comunidade local, para que essa passe a ter a preferência em matricular seus filhos na referida escola.

Aumentando a procura dos alunos da comunidade pela escola, fará com que a estrutura atual da escola não comporte a demanda, tendo então a administração Publica, procurar formas de acabar com a dualidade administrativa, dando a cada uma das escolas seu próprio espaço, proporcionando ainda melhores condições de educação, lazer e pratica esportiva aos alunos daquela comunidade e a todos os envolvidos, pois haverá um desenvolvimento também social na referida localidade.

4.1.1 – Plano de Implantação:

Quadro 02.

Meta 1- Aumentar a nota média dos alunos.

O que fazer:

Aumentar a nota media dos alunos, através de projetos de leitura e execução de problemas matemáticos, desenvolvendo nos alunos o interesse pelas matérias básicas, tirando o aluno da rotina tradicional de sala de aula e levando ele a prática e desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos.

Como fazer:

Com a elaboração dos projetos professores, prefeitura, Estado e alunos irão de maneira pratica trabalhar as matérias básicas com atividades que desenvolvam conhecimentos simples até os mais complexos dentro das características das classes, executando dentro da biblioteca e de laboratório de informática trabalhos de literatura e de matemática.

Quem vai fazer:

Com parcerias entre as escolas da rede municipal e Estadual, professores e direção irão desenvolver essas atividades no período de aula e com parcerias com a APP (Associação de

<p>Pais e Professores) desenvolver atividades extraclasses dentro de biblioteca e laboratório de informática, coordenados pelos professores das matérias de matemática e português.</p> <p>Quando fazer:</p> <p>Durante os bimestres de 2016 uma comissão de pais, professores e direção vão acompanhar o desenvolvimento das atividades.</p> <p>Quanto vai custar:</p> <p>Como os projetos serão desenvolvidos através de parcerias, não haverá custo de mão de obra, os espaços também serão utilizados da própria escola, para que não haja custo material.</p>
Justificativa: melhorar a perspectiva de vida dos alunos e o rendimento escolar.
<p>Meta 2 - Aumentar a nota do IDEB da escola.</p> <p>O que fazer:</p> <p>Aumentar o IDEB da escola, utilizando de simulados para avaliação e preparo dos alunos para a prova do IDEB, tais simulados serão aplicados nas mesmas condições e características das provas, contendo questões de exames realizados em anos anteriores.</p> <p>Como fazer</p> <p>Dando uma melhor atenção para os alunos que no determinado ano irão realizar as provas do IDEB, com os resultados dos simulados nas mãos, professores e direção irão ter conhecimento de quais campos das matérias básicas os alunos terão mais dificuldades e passarão a dar maior ênfase a elas.</p> <p>Quem vai fazer:</p> <p>Trabalhos serão desenvolvidos pelos professores, executado pelos alunos e acompanhados por direção, professores e pais.</p> <p>Quando fazer:</p> <p>Durante o os bimestres de 2016 a cada semestre será feito uma avaliação de simulação.</p> <p>Quanto vai custar:</p> <p>Como os trabalhos serão realizados pelos próprios professores em horário de aula e durante horários extraclasses por pais voluntários, não haverá despesas com recursos humanos, não haverá as despesas de com materiais que serão doados pela secretaria de educação municipal.</p>
Justificativa: Melhorar a qualidade educacional da escola.
<p>Meta 3 - Melhorar a imagem da escola.</p> <p>O que fazer:</p> <p>Divulgar os resultados da avaliação do IDEB.</p> <p>Como fazer:</p> <p>Com resultados positivos na nota do IDEB, a escola passará a trabalhar na divulgação desses resultados, através de sistemas midiáticos como, banners, redes sociais, imprensa local, radio local e outras formas de comunicação.</p> <p>Quem vai fazer:</p> <p>Secretarias de educação Estadual e Municipal, através de programas de marketing público e</p>

<p>direção através de publicações gratuitas.</p> <p>Quando fazer:</p> <p>Durante o ano de 2017.</p> <p>Quanto vai custar:</p> <p>Não haverá custos, pois todos os recursos utilizados serão os já pagos pelos Estados e Prefeituras.</p>
<p>Justificativa: proporcionar uma maior procura dos moradores da região pela escola sendo ela de qualidade.</p>

4.1.2 – Recursos:

Serão necessários recursos humanos, financeiros, técnicos e de materiais. Tais recursos para que não haja problemas financeiros bons partes desses recursos podem ser arrecadadas com o sistema de parcerias entre prefeitura municipal, governo do Estado sociedade Civil e Empresas da região.

4.1.3 – Resultados Esperados:

Desenvolver projetos de leitura e laboratório de matemática através de uma parceria entre Estado e município com atividades semanais para os alunos de 5 a 9 ano.

Aumentar a media dos alunos com projetos de leitura e laboratório de matemática. Melhorando o conhecimento em disciplinas básicas como português e matemática, com bibliotecas que possuam arranjos de qualidade e laboratório de matemática.

Melhorando o resultado do IDEB com ações coordenadas pela direção e corpo docente e com os bons resultados de dois em dois anos transmitir as informações para a comunidade.

Melhorar a imagem da escola diante da comunidade local para que as famílias que estão enviando seus filhos para outras escolas passem a dar preferência para a escola local.

4.1.4 – Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas:

Relacionamento com o Governo falta muitas vezes uma posição ativa quantos as necessidades reais da escola e existe uma demora muito grande em resposta as solicitações enviadas, quanto à infra estrutura e aquisição de bens e materiais de apoio.

Baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), Campo do Tenente tem o IDH ,687, ocupando a 366ª colocação de 399 municípios do Paraná, permanece em ultimo município da região, longe do penúltimo colocado dos seus vizinhos que é o município de Quitandinha que tem o IDH de 0,715 (IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Relacionamento com o município há uma parceria muito grande, ate porque devida a dualidade administrativa sempre que solicitado a gestão municipal colabora.

Relacionamento com os pais dos alunos e comunidade. Muito bom, já que sempre que solicitado a presença e colaboração dos pais esses se colocam a disposição da escola, tanto para verificar o rendimento de seus filhos quanto para colaborar nas atividades realizadas pela escola (bingos, rifas, festas e etc.).

5 – Conclusão

Através desse trabalho posso concluir que as obrigações do Estado quanto aos princípios básicos das necessidades da sociedade deve - se as buscas pela melhora da qualidade de vida dos cidadãos e o chamado bem estar social, e nela está inserido melhores condições e aperfeiçoamento da educação, começando na educação infantil até a formação do profissional na universidade.

Como podemos melhorar as condições de vida das pessoas se o Estado não proporcionar a elas melhores condições e acesso a educação, pois é através dela que alcançaremos a transformação social e a possibilidade de diminuirmos as desigualdades, pois educação pública é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado.

Com ações simples, começando nas educações básicas podemos transformar o dia - dia dos alunos, escola e sociedade, pois a busca pelo conhecimento e o acesso as informações é que tornarão os alunos de hoje em atores de transformação e desenvolvimento da nação como um todo.

Revisão Bibliográfica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LEI 9394/96. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

CARVALHO, M. S. C.. **Gestão de competências: uma nova abordagem em recursos humanos**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 163-171, set/out, 1995

CORRÊA, Rossi Augusta Alves. **Qualidade de Vida, Qualidade do Trabalho, Qualidade do Atendimento Público e Competitividade**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 113 -23, jan/mar. 1993.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo (2003).Pag. 69.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/basica-censo>> Acessado em 28/03/16.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/para-que-serve-o-ideb>> Acessado em 28/03/16.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM_municipios_pr.pdf> acessado em 06/03/16.

MADUREIRA, C. **A formação contínua no novo contexto da administração pública: possibilidades e limitações**. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, Washington Luiz de. **A Educação Pública Brasileira, Enquanto Direito Fundamental, e a sua Ação Política na Busca Permanente ao Estado Democrático de Direito.** Caxias do Sul – RS. 2010.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Alexandra Peichó. Disponível em <<http://www.cxnalexandrapeicho.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/3/410/252/arquivos/File/PPP2010.pdf>> acessado em 06/03/16.

Pires, Macedo. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil.** Rev. Adm. Pública vol.40 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a05>>. Acessado em 27/03/2016.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1957. Pag. 80

<http://www.webartigos.com/artigos/a-qualidade-do-atendimento-na-administracao-publica-municipal/38882> acessado em 01/04/16.

Anexos

Entrevista feita com atores chaves da escola, direção, professores, alunos, pais e por pessoas da comunidade, seguindo o seguinte roteiro.

Perguntas sobre a Infra-Estrutura da Escola.

- Tipo de ensino (fundamental, médio, ou outros desde que seja pública)?
- Se esta em área própria, Ou alugada ou dividida?
- Nº de salas de aula?
- Nº de m2 construídos?
- Nº de m2 de área livre?
- Possui ginásio de esportes?
- Possui área de lazer? Possui biblioteca própria?
- Possui laboratório de informática?
- Equipamentos utilizados?
- Equipamentos que gostariam de implantar?
- Manutenção das instalações é feita pela escola, terceirizado, não é feita?

Perguntas sobre o corpo Docente

- Nº de Professores?
- Grau de escolaridade dos Professores?
- Quantos têm graduação?
- Quantos têm pós - graduação?
- Quantos têm mestrado?
- Quantos têm doutorado?
- Nº de Servidores Públicos ou contratados?
- Grau de escolaridade:

- Quantos têm ensino fundamental?
- Quantos têm ensino médio?
- Quantos têm ensino superior?
- Quantos têm especialização?
- Material didático utilizado?
- Relacionamento com os professores?
- Relacionamento com os servidores?

Perguntas sobre corpo Discente

- Nº de alunos?
- Nº de aprovados por ano?
- Nº de reprovações por ano?
- Nº de desistências?
- Media de idade dos alunos?
- Idade do aluno mais velho?
- Idade do aluno mais novo?
- Aos resultados do ensino, nota de avaliação pelo MEC?

Opinião sobre as relações com os diferentes atores.

- Relacionamento com os alunos?
- Relacionamento com os pais dos alunos e comunidade?
- Relacionamento com o município?
- Relacionamento com o Governo?

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA.

A Metodologia é o tópico do projeto de pesquisa que abrange maior número de itens, pois responde às seguintes questões: Como? Com quê? Onde? Quanto? (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 221).

No projeto de pesquisa, a seção da metodologia é redigida com linguagem, essencialmente, no futuro, pois inclui a explicação de todos os procedimentos que se supõem necessários para a execução da pesquisa, entre os quais, destacam-se: o método, ou seja, a explicação da opção pela metodologia e do delineamento do estudo, amostra, procedimentos para a coleta de dados, bem como, o plano para a análise de dados.

O autor do projeto deverá especificar qual tipo de pesquisa foi utilizado no desenvolvimento do estudo. Dentre as modalidades, pode-se destacar:

a) **pesquisa bibliográfica**: é desenvolvida a partir de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses. Ela pode ser realizada independentemente ou pode constituir parte de uma pesquisa descritiva ou experimental. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”;

b)« **pesquisa descritiva**: para Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), este tipo de pesquisa ocorre quando se registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, p. 79, 2007).

1. Segundo Barros e Lehfeld (2000, p.71) por meio de pesquisas descritivas, procuram - se descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações e conexões com outros fenômenos. De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.62), esta modalidade de pesquisa pode assumir diversas formas, como as destacadas, a seguir:

- **estudos descritivos**: estuda e descreve características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada;
- **pesquisa de opinião**: procura descobrir as atitudes, pontos de vista e preferências das pessoas, a respeito de algum tema, com o objetivo de tomar decisões. Esta modalidade visa a identificar falhas ou erros, descrever

procedimentos, descobrir tendências, reconhecer interesses e outros comportamentos;

- **pesquisa de motivação:** tem o propósito de descobrir as razões inconscientes e ocultas que levam, por exemplo, uma pessoa a consumir determinado produto, ou que influenciam comportamentos e atitudes;
- **Estudo de caso:** estudo de caso é uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude, procurando conhecer em profundidade a realidade de uma pessoa, de um grupo de pessoas, de uma ou mais organizações, uma política econômica, um programa de governo, um tipo de serviço público, entre outros. Assim, a característica principal é a profundidade do estudo. De acordo com Yin (2001, p. 32), um estudo de caso é uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados; baseia-se em várias fontes de evidências; e, como outro resultado; e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados. O estudo de caso é utilizado quando o pesquisador investiga “uma questão do tipo ‘como’ e ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” (YIN, p.28), tendo como objeto de estudo um caso único ou casos múltiplos. (Zanella, Liane Carly Hermes Metodologia de estudo e de pesquisa em administração / Liane Carly Hermes Zanella. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 164p.).

Imagens da Escola:





Disponível

em <<http://www.cxnalexandrapericho.seed.pr.gov.br/modules/noticias>> acessado em 01/04/16.